

Secretarias de Estado

Ministério da Justiça

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

RESOLUÇÃO Nº 636/84

REQUISITOS DE SEGURANÇA PARA
COMPONENTES DE VEÍCULOS AUTO
MOTORES.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO, usando das atribuições que lhe conferem os artigos 59 da Lei nº 5.108, de 21-09-66 que instituiu o Código Nacional de Trânsito e 99 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 62.127, de 16-01-68; e

CONSIDERANDO a conveniência e a necessidade de estender os requisitos a todos os veículos de fabricação nacional;

CONSIDERANDO o que consta do Processo MJ nº 6.339/84 e a deliberação adotada pelo Colegiado em sua reunião de 03-07-84. RESOLVE:

Art. 1º Estender aos veículos mistos, camionetas, caminhões, ônibus e micro-ônibus de fabricação nacional, as exigências de segurança para fabricação e instalação de componentes estabelecidas pelas Resoluções nºs 461/72, 463/73 e 486/74, a partir das seguintes datas:

- | | |
|---|----------|
| 1 - Dispositivos de ocultamento de faróis. | 31-12-84 |
| 2 - Mangueiras flexíveis para freios hidráulicos. | 31-12-85 |
| 3 - Sequência de alavanca de mudança, trava de partida e efeito frenante das caixas de mudança. | 31-12-84 |
| 4 - Sistema de acionamento energizado para janelas. | 31-12-84 |
| 5 - Sistema de trava capuz. | 31-12-85 |
| 6 - Superfícies refletivas. | 31-12-87 |
| 7 - Espelhos retrovisores. | 31-12-88 |
| 8 - Identificação e iluminação dos comandos indicadores e lâmpadas piloto. | 31-12-87 |

§ 1º - Para os automóveis e camionetas de uso misto deles derivados permanecem em vigor os requisitos de segurança e respectivas especificações estabelecidos pelas Resoluções nºs 461/72, 463/73 e 486/74, observando-se, no que couber, as atualizações contida nos ANEXOS I e II da presente Resolução.

§ 2º - É opcional a instalação dos dispositivos indicados nos incisos 1 e 4 deste artigo.

§ 3º - A partir das datas fixadas neste artigo, os componentes de segurança indicados nos incisos 7 e 8 deverão observar as especificações constantes dos ANEXOS desta Resolução.

Art. 2º - Os veículos de fabricação estrangeira, importados a partir das datas fixadas no artigo 1º, somente serão registrados e licenciados, após atendidas as exigências desta Resolução.

Parágrafo Único - O veículo estrangeiro, com circulação temporária no território nacional fica sujeito aos acordos e tratados de reciprocidade.

Art. 3º - Os fabricantes de veículos e de peças de reposição ficam sujeitos à comprovação do cumprimento das exigências estabelecidas, quando solicitados pelo CONTRAN.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, observados os prazos estabelecidos no artigo 1º e revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 05 de Setembro de 1984.

CELSO CLARO HORTA MURTA
Presidente

ERICO ALMEIDA VIEIRA LOPES
Conselheiro Relator

OBS: OS ANEXOS I e II DA PRESENTE RESOLUÇÃO, DEVIDAMENTE RUBRICADOS, ENCONTRAM-SE NO CONTRAN À DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS. (Of. nº 252/84)

ATA DA 72a. REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO, REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 1984.

Às dezesseis horas do dia 18 de setembro de 1984, na sede do CONTRAN em Brasília, o Sr. Presidente deu início aos trabalhos com a presença dos Senhores Conselheiros ERICO ALMEIDA VIEIRA LOPES, GONÇALO RAFAEL D'ANGELO, FLÁVIO CASSIO DE MELLO E SOUZA, JOAQUIM MACHADO DE MELLO JÚNIOR, NUNO ÁLVARO GUILHERME D'OLIVEIRA, JOSÉ FERNANDO MARQUES DE FREITAS, JOSÉ CAVALCANTE DA SILVA, WALMOR VICTORINO BARBOSA, ORLANDO MIRANDA DE ARAGÃO, JOSÉ MARIA DE ARAÚJO SOUZA e JAIRO GOES LOBO VIANNA. Aprovada a Ata do dia 14-09-84. ASSUNTOS GERAIS: Processo nº 20231/84, com ofício nº 976/84 do DSV/SP, sugerindo a modificação do local da placa de identificação do veículo com instalação do dispositivo de Engate de Reboque, para melhor visualização. O Colegiado recomenda respon-

der-lhe nos termos do parecer aprovado na reunião do dia 03-08-84, sobre idêntica consulta. Ofício-Circular nº 33/84, do Sr. Chefe do Gabinete do DNER, comunicando a instituição do Concurso "Prêmio Racionalização dos Transportes Rodoviários" e solicita sua divulgação. O Colegiado agradece e recomenda atender o pedido. Ofício nº 1808/84, do DETRAN/ES, comunicando a criação da 8a. CIRETRAN, com sede no Distrito de Campo Grande, Município de Cariacica-ES. O Colegiado agradece. Ofício nº 38/84, em que o CONTRANDIFE encaminha sua Resolução nº 23/84, que aprova o Plano da Campanha Educativa de Trânsito no Distrito Federal a ser desenvolvida na "Semana Nacional Educativa do Trânsito", no período de 18 a 25 do corrente mês. O Colegiado agradece. Em seguida, o Sr. Conselheiro José Cavalcante reportou-se à entrevista do Sr. Diretor-Geral do DETRAN/DF, no Programa "Brasília Urgente", do Canal 6, TV Brasília, concitando a população a integrar-se na Campanha Nacional de Trânsito, com a recomendação para que todos observem as leis do trânsito, visando diminuir o alto índice de acidentes nesta capital. O Sr. Conselheiro José Fernando justificou suas ausências às reuniões de 31 de agosto e 04, 05, 11 e 14 do corrente, por motivo de viagem ao Exterior, em objeto de estudo. ORDEM DO DIA: Processo nº 16.372/83-A-CONTRAN. Assunto: Autuação por infração de Trânsito. Relator: Sr. Conselheiro Orlando Aragão, que informa tratar-se de pedido do Comando de Policiamento Rodoviário de Santa Maria-RS, sobre a correta autuação decorrente das infrações constantes dos incisos I e II do artigo 181 do RCNT, nas situações que indica. Após análise, o Relator conclui o seu parecer propondo esclarecer-lhe: I - autuar a pessoa não habilitada pela infração do inciso I e o condutor pela infração do inciso II, estando este presente; II - idêntica autuação, estando o condutor ausente; III - da mesma forma indicada no item I; IV - autuar o não habilitado pela infração do inciso I e o proprietário pela infração do inciso II; V - autuar os dois, agravada a punição do proprietário ou do condutor com a apreensão da CNH. Discussão: manifestaram-se os Srs. Conselheiros Gonçalo D'angelo, José Cavalcante, Joaquim Machado, Erico Lopes e Celso Murta, este, para externar seu entendimento segundo o qual a legislação de trânsito não objetiva penalizar administrativamente pessoa não habilitada, mesmo que na direção do veículo, porque, o art. 64 do Código Nacional de Trânsito (art. 141 do RCNT) não admite a circulação de veículo sem que o seu condutor esteja habilitado, mas sim, punir o condutor que, em decorrência das proibições constantes do art. 89 do CNT (art. 181 do RCNT), for encontrado nas situações indicadas em seus incisos, dentre elas: "dirigir sem estar devidamente habilitado ou autorizado ou entregar a direção do veículo a pessoa não habilitada", objeto da consulta, por cuja inobservância, qualquer que seja a situação indicada pelo consulente deve ser autuado o condutor. Finalizando a discussão, manifestou-se o Sr. Conselheiro Orlando Aragão para sustentar sua conclusão. Decisão: por maioria de vo-

tos, foi rejeitada em parte, o parecer do Relator entendendo essa maioria que deve ser autuado: o condutor pela infração do inciso I, do art. 181 do RCNT, em qualquer das situações indicadas e o proprietário do veículo ou o condutor que tenha entregue a direção, pela infração do inciso II do mesmo art. Processo nº 17.072/84-MJ. Assunto: Placas Especiais. Relator: Sr. Conselheiro Orlando Aragão, que informa tratar-se de expediente do MM. Dr. Juiz Presidente da 4a. Junta de Conciliação e Julgamento de Curitiba-PR, solicitando as normas que disciplinam as placas especiais com distintivos e sua utilização em veículos particulares pertencentes a magistrados. Concluindo o seu parecer, esclarece o Sr. Relator: 1 - as normas solicitadas estão contidas no art. 47 do CNT (art. 95 do RCNT, com a redação dada pelo Decreto nº 72.173) e nas Resoluções nºs 437/70 e 513/77; 2 - os arts. 48 do CNT e 90 do seu Regulamento, não permitem o uso de distintivos junto aos bordos das placas; 3 - o art. 90 do RCNT (art. 47 do CNT) proíbe o uso de emblemas ou distintivos com as cores da Bandeira Nacional, salvo em veículos de representação das altas autoridades dos Três Poderes e, finalmente, que a legislação de trânsito vigente não contempla os veículos de propriedade particular, mesmo pertencentes a magistrados, com placas especiais de identificação. Discussão: manifestaram-se os Srs. Conselheiros Gonçalo D'angelo, para sugerir a supressão do último parágrafo do parecer, com o qual o Relator concordou, e Celso Murta para informar que as placas especiais de que trata a Resolução nº 513/77 foram instituídas pelo Decreto nº 79.399/77 para veículos de representação dos Ministérios Cíveis, órgãos autônomos e Autarquias Federais de iniciativa do DASP, que controla o uso de veículos oficiais da área do Poder Executivo. Decisão: aprovado o parecer do Relator por unanimidade. Aprovada a presente Ata, foi assinada por Sua Senhoria e por mim, Secretária.

CELSO CLARO HORTA MURTA
Presidente

ILMA DIAS LIMP DE OLIVEIRA
Secretária

(Of. nº 252/84)

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA

ATA DA QUADRAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA REALIZADA EM 30 (TRINTA) DE JULHO DE 1984 (MIL NOVECENTOS E OITENTA E QUATRO).

Aos (30) trinta dias do mês de julho de 1984 (mil novecentos e oitenta e quatro), reuniu-se o Conselho Nacional de Política Penitenciária, no Edifício Sede do Ministério da Justiça, sala 470 (quatrocentos e setenta), sob a égide de seu Presidente, Dr. PIO SOARES CANEDO. Presenças os Senhores Conselheiros ANTÔNIO ZAPPALÁ, JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA, JOSÉ DE SIQUEIRA SILVA, JOSÉ MAURO COUTO DE ASSIS, MAURO ONIVALDO TICIANE-